

## **A disputa e o conflito na construção da notícia política**

*Carlos Eduardo Franciscato \**

### **1) Introdução**

O presente trabalho se dedica a refletir sobre a produção da notícia política a partir da perspectiva de que o jornalismo se apresenta como um espaço social em que estão presentes forças em disputa pelo poder simbólico<sup>1</sup> de construção da realidade. Mais do que mera instrumentalização política das instituições e dos conteúdos jornalísticos, esta perspectiva pretende oferecer formas de entender as disputas e os conflitos como elementos constituintes do processo de construção da notícia, inerentes aos seus diversos momentos de intervenção jornalística: formulação de assuntos, definição de enquadramentos, apuração, entrevista, construção textual e edição.

Isto implica em compreender o papel do jornalista não como um ator “externo” ao acontecimento jornalístico<sup>2</sup>, executando tão somente a coleta, seleção, redação e edição da notícia conforme critérios de noticiabilidade rígidos, pré-definidos e rotinizados. Em vez disso, o trabalho jornalístico deve ser visto como uma construção social baseada em processos relacionais de disputa e negociação em que participam atores internos e externos à atividade jornalística. O jornalista, ao produzir sua notícia, está interagindo com outros atores, e o material noticioso incorpora - em graus e níveis variados - avaliações, interesses e expectativas alheias às suas. Os próprios critérios de noticiabilidade não são um corpo unitário e homogêneo, mas variam conforme o espaço de relações sociais em que a atividade jornalística se desenvolve. O jornalismo é uma forma de construção que opera dentro de um sistema cultural, do qual retira conteúdos, convenções, interpretações e formas discursivas.

Esta linha de trabalho levanta também a necessidade de o jornalista exercer uma capacidade de administrar, mediar, negociar e solucionar situações de conflitos e pressões, sejam elas oriundas de jogos de interesse, imposições políticas externas ou internas à empresa jornalística e às próprias restrições decorrentes da rotinização da produção jornalística.

Pretende-se desenvolver esta discussão considerando-se a produção da notícia política, na medida em que é no momento mais preciso de construção da notícia em um espaço social caracterizado por disputas e conflitos de poder que podem ser identificadas interrelações entre constrangimentos, avaliações

---

\* Jornalista, professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe, Mestre e Doutorando em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia.

<sup>1</sup>O conceito de ‘poder simbólico’ é utilizado neste trabalho dentro da perspectiva de Bourdieu: um “poder de construção da realidade” que tende a estabelecer sentidos, classificar, ordenar e dar unidade simbólica ao mundo (Bourdieu, 1989: 10-11).

<sup>2</sup>Pretende-se adotar neste trabalho as palavras ‘ocorrência’ ou ‘evento’ para nomear determinados momentos ou fragmentos da realidade, e a palavra ‘acontecimento’ para se referir ao momento de construção da realidade pelo discurso jornalístico.

e procedimentos diversos, mas que se condensam no texto jornalístico, num trabalho de construção de pontos de equilíbrio entre forças em disputa.

## **2) Aspectos teóricos sobre o jornalismo**

A partir de um cenário contemporâneo em que as instituições da mídia ganham gradativamente maior poder e centralidade nos processos sociais, envolvendo-se cada vez mais com diferentes atores, temáticas e formas expressivas, considera-se útil fazer, inicialmente, uma delimitação do nível e das formas de inserção do jornalismo nesta nova modalidade de sociabilidade.

O jornalismo, como uma prática social necessária à sociedade, possui características e abrangência estabelecidas por processos históricos. De uma atividade ligada diretamente a uma técnica (a imprensa identificando o ato de imprimir jornais), tornou-se posteriormente relacionado a uma instituição (a empresa jornalística se torna o grande ator social, organizando a produção noticiosa e contratando jornalistas na forma de funcionários assalariados cumpridores de metas e normas) e, após, se disseminou por outros veículos de comunicação (a invenção do rádio e da televisão no século XX). Se, por um lado, isso levou a uma gradativa desvinculação da concepção de jornalismo em relação à empresa produtora de jornais, por outro lado a prática jornalística continua sendo freqüentemente caracterizada e analisada a partir da produção institucional desenvolvida por uma organização legitimada socialmente e com papel social definido.

O jornalismo desenvolveu-se nos dois últimos séculos por meio de uma competição e renovação de estilos, formatos e concepções sobre o fazer jornalístico. Um dos principais fatores dessas mudanças foi a introdução do mercado como regulador do processo de distribuição dos materiais noticiosos. Ao se tornar um instrumento de ampliação de circulação para um público cada vez mais amplo e com gostos mais diversificados e complexos, as leis de mercado introduzem novas lógicas e variáveis na avaliação e na produção jornalística. As pressões oriundas da esfera da circulação decorrentes do aumento de demandas do público por jornais conduzem a esfera da produção a introduzir inovações técnicas e organizacionais e a criar, progressivamente, rotinas normatizando e acelerando a produção.

Uma das transformações do jornalismo - percebidas em sociedades como a norte-americana - foi a gradativa substituição de um modelo produtivo de jornalismo opinativo e doutrinário existente até o século XIX para um modelo de jornalismo independente baseado em organizações jornalísticas destinadas a produzir informação como mercadoria indispensável ao social. Tal processo reforçou a constituição do jornalismo como pretensão discurso “objetivo” da realidade, criando-se uma delimitação radical entre os espaços da informação e da opinião, esta restrita a seções em que sua manifestação é “autorizada”

(editoriais, colunas, artigos e crônicas, por exemplo). Esta perspectiva conceitual atribuiu ao texto jornalístico a responsabilidade social de representar e transmitir o real.

O jornalismo se estabelece como uma prática socialmente necessária porque oferece à sociedade formas de conhecer a diversidade de eventos do mundo desvinculado da necessidade de contato físico direto, seja com ambientes e atores sociais envolvidos nesses eventos, seja com a sua transmissão por meio de relatos orais em contatos pessoais. Esta institucionalização de um modo específico de conhecer o mundo tem sido analisada em estudos inspirados predominantemente por uma sociologia do conhecimento, os quais afirmam que o jornalismo é uma nova modalidade social de conhecimento que contribui para a construção da realidade em que vive um indivíduo (Park, 1972; Tuchman, 1983; Hall, 1993; Genro Filho, 1987; Meditsch, 1998).

Autores desta perspectiva afirmam - guardadas as especificidades - que o conhecimento do mundo oferecido pelo jornalismo apresenta particularidades tanto nos recursos quanto nos fundamentos para sua produção. Quanto aos recursos, pode-se citar que a produção jornalística exige um tipo específico e legalmente aceito de profissional que atua em organizações jornalísticas visíveis no social e que possui tanto um conjunto de conhecimentos técnicos quanto deontológicos que delimitam os espaços e formas de sua atuação. Isto significa dizer que o jornalismo é uma prática social dotada de um conjunto de atores, instituições, recursos e normatizações próprias para uma ação especializada e legitimada socialmente.

Os fundamentos que identificam peculiaridades do conhecimento jornalístico remetem ao fato de ser a singularidade da ocorrência a linha mestra que organiza e dá sentido à construção discursiva jornalística. Cada evento reconstruído jornalisticamente ganha um status de ser singular no tempo e no espaço. No tempo, porque o jornalismo justifica sua existência na particular capacidade de captar conteúdos da atualidade mais imediata possível e transmiti-los na maior brevidade a um público amplo e difuso. A necessidade de buscar a atualidade e a brevidade como fundamentos do conhecimento jornalístico, reafirmando sua especificidade em relação aos demais conhecimentos presentes no social, têm levado a uma cada vez maior economia de tempo no processamento da informação pelas organizações jornalísticas: o 'ontem' como critério de noticiabilidade do jornalismo diário das últimas décadas tende, cada vez mais, a perder espaço para as 'notícias em tempo real' das formas eletrônicas e digitais de produção e transmissão da informação.

O conhecimento jornalístico funda-se na afirmação da singularidade de uma ocorrência também considerando-se um espaço de relações sociais que se alteram no tempo. O relato jornalístico capta uma ocorrência em um estado momentâneo do movimento dos atores em uma situação específica, produzindo um recorte que identifica posições, valores, interesses, expectativas, avaliações e recursos utilizados em

uma ação. Ou, conforme Genro Filho, “o aspecto central desse gênero de conhecimento é a apropriação do real pela via da *singularidade*, ou seja, pela reconstituição da integridade de sua dimensão fenomênica” (1987, 58). Meditsch irá entender o jornalismo como “forma de produção e reprodução de conhecimento” (1998: 34). Um acontecimento jornalístico contém também conhecimentos e situações prévias, consequência de um contexto em que a ocorrência se insere, mesmo que esse contexto não esteja nomeado expressamente.

### **3) O jornalismo como espaço de forças em disputa**

O jornalismo é um espaço de produção de conteúdos informativos que apresenta peculiaridades e características específicas dentro do campo da mídia. Conquistou uma legitimidade social para produzir uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas.

Ao mesmo tempo, esta busca de fidelidade - constituída, por exemplo, com a construção de categorias como “objetividade jornalística” (Schudson, 1978) - se depara com situações de conflito no processo de produção jornalística. O jornalismo está entrecortado por relações de disputas e concorrências entre atores (internos ou externos ao espaço jornalístico) na busca de autoridade e poder simbólico de nomeação e classificação da realidade. Circulam pelo espaço jornalístico atores dotados de posições, interesses e estratégias diferenciadas, o que torna inevitáveis situações de lutas e conflitos entre as intenções de atores externos ao trabalho propriamente jornalístico e os critérios e fundamentos de noticiabilidade que competem aos jornalistas zelar e aplicar na construção do relato noticioso.

Por isso, pretende-se adotar neste trabalho a perspectiva de que o jornalismo é um espaço específico de produção de conteúdos informativos dentro do campo da mídia. Ao mesmo tempo em que o jornalismo desenvolve determinadas relações particulares de estruturação de posições sociais, de estabelecimento e resolução de conflitos, apresenta também características gerais ao campo midiático, como a organização industrial de suas instituições, os recursos tecnológicos utilizados e aspectos similares do ‘discurso mediático’.

Bourdieu considera que estas características próprias da produção jornalística permitem delimitar o jornalismo como um campo social dotado de leis próprias. “Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos” (Bourdieu, 1997: 55). Entre essas leis próprias estão conjuntos de pressupostos, crenças e sentidos partilhados sobre a profissão (técnicas, procedimentos, referenciais éticos), mas também nos processos interacionais de troca e controle mantidos entre equipes de uma redação jornalística, entre

jornalistas de uma mesma área especializada de cobertura ou mesmo da categoria como um todo. “...o campo jornalístico é então o lugar de uma lógica específica, propriamente cultural, que se impõe aos jornalistas através das restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns aos outros e cujo respeito (por vezes designado como deontologia) funda as reputações de honorabilidade profissional” (Bourdieu, 1997: 105).

Perceber que a produção jornalística é permeada por relações estruturais de forças e de lutas entre jornalistas e outros atores sociais que dão às disputas formas particulares de ação social não significa necessariamente que este conjunto de relações seja suficiente para garantir uma autonomia relativa ao ‘campo do jornalismo’, descolando-o do campo das instituições da mídia. Entende-se que a identificação de um campo próprio do jornalismo pode ser um recurso metodológico eficiente para delinear a constituição de determinadas situações, posições e disputas internas no espaço de produção jornalística, mas se deve considerar suas limitações para estabelecer um mapeamento explicativo preciso do espaço midiático.

Ao se perceber especificidades na constituição do modo de produção jornalística, deve-se também salientar que, como processo interacional cuja produção transcende o seu espaço próprio de relações sociais particulares, o jornalismo está articulado a princípios organizativos da sociedade, que se manifestam como constrangimentos, influências ou mesmo prefigurações de um elenco de possibilidades e limitações da produção jornalística. Estes princípios organizativos caracterizam-se, entre outras coisas, pela presença de relações de força, de acúmulo e exercício do poder econômico e político. São relações de forças originadas por outros atores e instituições sociais, dotados de interesses, expectativas e estratégias próprias, e que permeiam o espaço do jornalismo, estabelecendo possibilidades e limites de ação do jornalista.

Estes aspectos podem ser percebidos em vários momentos da produção jornalística, mas é no jornalismo político que há uma melhor delimitação de algumas dessas características: os princípios, interesses e recursos presentes no processo político são fundados em relações de forças e de poder, situações com as quais os jornalistas políticos se deparam cotidianamente e as têm que enfrentar; o acontecimento político mais relevante não está na superfície dos eventos, mas sim nos espaços reservados, exigindo do repórter um trabalho esmerado de construção e negociação das informações com os atores políticos; a proximidade de relações de disputa e convívio entre esses dois grupos de atores facilita também trocas sobre princípios e concepções culturais a respeito da política e do jornalismo, que se incorporam aos modos de ação de ambos os atores.

Considerar o conflito como um componente inerente ao jornalismo político não significa que se esteja tentando afirmar que o espaço jornalístico esteja, na contemporaneidade, substituindo os tradicionais espaços e procedimentos de disputas políticas presentes na sociedade. A compreensão da existência de relações de forças em diferentes espaços sociais não deve estar direcionada para identificar se o processo político é hoje centralizado predominantemente em um pólo específico (mídia ou espaços tradicionais da política). Serão as formas concretas de lutas entre atores em situações concretas, bem como as formas de intercâmbios e trocas entre esses agentes, que possibilitarão o surgimento e o estabelecimento de disposições e configurações específicas conforme o espaço social considerado.

Este poder simbólico de enquadrar a realidade política, produzindo uma ordenação, classificação e significação dos processos políticos, está na raiz da disputa cotidiana travada entre jornalistas, atores políticos e mesmo o público. “Fontes, jornalistas e público coexistem dentro de um sistema que se assemelha mais ao jogo da corda do que a um organismo funcional inter-relacionado. No entanto, os jogos da corda são decididos pela força: e as notícias são, entre outras coisas, ‘o exercício do poder sobre a interpretação da realidade’” (Gans, *apud* Wolf, 1994: 200).

#### **4) A notícia política como objeto de estudo**

Nesta segunda parte do trabalho, pretende-se analisar o jornalismo político a partir de um objeto mais específico: a notícia política. Entende-se que a investigação do processo de produção da notícia pode ser um guia eficaz para delimitar aspectos relevantes do jornalismo, na medida em que a notícia (entendida em um sentido amplo de ‘informação jornalística’) é o produto mais essencial e peculiar da atividade jornalística, embora a notícia venha sendo caracterizada e definida de forma diferenciada conforme situações sócio-culturais ou modelos teóricos de análise no âmbito das ciências humanas.

##### **4.1 ) A notícia como um conceito operativo para classificar eventos**

A conceituação de notícia e os critérios de noticiabilidade variam no espaço e no tempo. Ou conforme Tuchman, “as definições da notícia derivam da história e estão encravadas nela” (1983, 223). Estudos têm apontado diferenças de tratamento de temas conforme a filiação do jornalismo a um modelo norte-americano, europeu ou latino-americano (Schudson, 1978; Hallin & Mancini, 1993; Hallin, 1996; Waisbord, 1995).

Uma das principais escolas de pensamento que influenciaram - e ainda influenciam - a compreensão do produto noticioso é o funcionalismo, originado a partir de uma compreensão positivista do processo social que estimulou a criação de uma visão de jornalismo informativo baseado na separação entre ‘fatos’ e

‘opiniões’ e na definição do papel do jornalista como observador neutro (Traquina, 1993). Tal modelo evoluiu para a formulação do que se convencionou chamar de “teoria do espelho”, que define o trabalho jornalístico como a atuação de um sujeito capaz de observar e produzir um retrato fiel da realidade. Esta perspectiva reduz a ênfase sobre processos e condicionantes reveladores de especificidades do trabalho jornalístico que viessem a interferir e alterar a objetividade do relato ‘objetivo’ da realidade. Em vez disso, percebe o jornalista como dotado de um papel de um intermediário que não altera substancialmente o fluxo de comunicação entre os atores e instituições sociais.

Além desta fundamentação estrutural-funcionalista, os conceitos sobre notícia foram influenciados também por outras tradições teóricas, dentre as quais podem ser citadas:

- uma perspectiva crítica de influência marxista que identifica na notícia as marcas dos conflitos e dominação social;
- uma abordagem discursiva que percebe no texto jornalístico categorias oriundas de teorias do discurso e relações entre elementos lingüísticos e extra-lingüísticos;
- uma identificação de fatores estruturais presentes na organização jornalística analisados com base em teorias do *newsmaking* (rotinas produtivas) e reveladores da presença e influência de constrangimentos decorrentes dessas rotinas de produção da notícia jornalística;
- uma perspectiva cultural, que analisa a notícia a partir de sua inserção em um espaço simbólico.

Essas abordagens estimularam a formulação de critérios classificatórios dos eventos conforme o grau de sua noticiabilidade, seja como um recurso técnico para orientação do jornalista na identificação dos assuntos noticiáveis, seja como um recurso reflexivo de compreensão dos princípios classificatórios orientadores das práticas jornalísticas. Estes critérios têm sido denominados como ‘valores-notícia’, ‘critérios de noticiabilidade’ ou de ‘notabilidade do acontecimento’.

Um ponto em comum destas concepções é que elas procuram estabelecer uma certa esquematização do “caráter elástico, dinâmico, não rigidamente pré-fixado, por vezes calibrado internamente de forma diferente, do processo de noticiabilidade” (Wolf, 1994: 224). Identificam critérios que o jornalista usa para afirmar que determinado evento pode ser classificado como acontecimento noticioso ou para estabelecer uma escala de importância entre os acontecimentos potencialmente noticiosos e apresentá-los hierarquizados por meio de um processo de edição. Oferecem também um relato dos constrangimentos estruturais que interferem ou mesmo limitam as possibilidades de seleção das notícias. Desta forma, os valores-notícia permitem uma rotinização da produção do noticiário, ao definir princípios funcionais de tipificação, classificação e hierarquização dos acontecimentos. Os jornalistas usam tipificações para “transformar os eventos idiossincrásicos do mundo cotidiano em matérias-primas que

podem ser submetidas a um processamento de rotina e a sua disseminação. As tipificações (...) impõem ordem sobre a matéria-prima das notícias e, desta maneira, reduzem a variabilidade (idiossincrasia) da superabundância de eventos” (Tuchman, 1983: 71).

Stuart Hall (1993: 224-226), por exemplo, percebe as notícias como o produto final de um processo complexo, em que três aspectos podem ser destacados:

a) a organização burocrática das empresas (as rotinas produtivas). Neste aspecto, é interessante citar Schudson, para quem os estudos de rotina produtiva tomam a notícia como “manufatura social de um produto organizacional” (1997: 149), em uma tentativa de compreender “como” as notícias são produzidas: como os requisitos organizacionais, econômicos e industriais da empresa assumem formas de constrangimentos que interferem na construção de notícia, mais especificamente, limitando e influenciando o leque de opções e decisões possíveis a serem tomadas pelo jornalista e, em consequência, no resultado noticioso (formato e conteúdo).

b) os valores-notícia socialmente construídos (por exemplo: eventos singulares, inesperados, extraordinários ou trágicos; que tenham consequências - negativas - para uma população; a sua possibilidade de personalização e dramatização; o envolvimento de “pessoas da elite” etc). Vale citar também os “critérios de notabilidade” de um acontecimento jornalístico apontados por Adriano Rodrigues (1993: 28): o registro do excesso, da falha e da inversão de um comportamento ou situação considerada socialmente como ‘normal’.

c) a construção da notícia como um processo de inserção e identificação das ocorrências dentro de um contexto social significativamente compreensível: “um acontecimento só ‘faz sentido’ se se puder colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. Se os jornalistas não dispusessem (...) de ‘mapas culturais’ do mundo social, não poderiam ‘dar sentido’ aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é ‘noticiável’” (Hall, 1993:226).

Neste terceiro aspecto, uma das formas de análise da dimensão cultural presente no jornalismo pode ser percebida em James Carey (1986), que investigou os modos pelos quais o jornalista busca responder às questões “como” e “porque” um evento ocorre: diferentemente da delimitação de um acontecimento jornalístico por meio das clássicas perguntas “quem”, “o quê”, “quando” e “onde”, as questões “como” e “porque” implicam em estabelecer relações de causalidade entre os acontecimentos e os atores sociais. A partir desta perspectiva, Carey identifica quatro características culturais no jornalismo norte-americano (1986, 158):



- 1) O jornalismo diário oferece mais descrição e explicação do que se poderia ordinariamente pensar, mas elas não estão transparentemente avaliáveis na superfície do texto. Somente os “leitores constantes” podem decodificar o texto.
- 2) As mais importantes descrições de explicações do jornalismo estão perdidas ao se encontrarem ‘fatiadas’ em fragmentos diários, desconectadas de um enquadramento narrativo.
- 3) O leitor pode descobrir tais descrições e explicações somente quando as ‘estórias’ separadas são reintegradas em um mais coerente enquadramento.
- 4) O jornalismo americano está muito dependente da explicação de eventos pela atribuição de motivos de ordem pessoal.

No noticiário político dos jornais norte-americanos, as explicações tendem, por um lado, a serem apresentadas através de uma linguagem cifrada, “em modos acessíveis somente àqueles que já conhecem às regras de Washington e o jogo da exposição, aqueles que já compreendem os bastidores das ações políticas governamentais” (Carey, 1986: 157).

Por último, pode-se considerar a observação de Mauro Wolf (1994: 180-194) de que os valores-notícia são critérios de relevância espalhados por todo processo de produção. São construídos conforme:

- o seu conteúdo noticioso (o grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável; o seu impacto sobre o interesse nacional; a quantidade de pessoas que o acontecimento envolve; a relevância quanto à sua evolução futura);
- critérios organizativos (disponibilidade da informação e viabilidade da sua produção e transmissão);
- a imagem que os jornalistas têm do público;
- as formas de tratamento de temas e assuntos dado por empresas jornalísticas concorrentes.

#### **4.2) A notícia como uma construção do mundo social**

Uma mudança de perspectiva teórica em relação ao estrutural-funcionalismo possibilitou a formulação de uma teoria construcionista da notícia. Inspirada nas sociologias interpretativas e particularmente nas obras de Alfred Schutz e Berger e Luckmann (1987), a socióloga norte-americana Gaye Tuchman propõe uma “abordagem interpretativa da notícia” que se opõe à idéia da notícia como ‘espelho’. Em vez de espelhar a realidade, a notícia “...ajuda a construí-la como fenômeno social compartilhado, posto que, no processo de descrever um evento, a notícia define e dá forma a esse evento” (1983: 197-198). Esta abordagem, que pode ser sintetizada na idéia de que “...o ato de produzir a notícia é o ato de construir a realidade” (Tuchman, 1983: 24), entende a notícia como uma construção

intersubjetiva, em que o jornalista não é mero reproduzidor de estruturas, mas é um construtor de normas e de noções de noticiabilidade em interação com outros atores.

Tomado em seu extremo, essa perspectiva construcionista da notícia poderia levar à idéia de que o sentido de um acontecimento jornalístico estaria sempre dependente da definição momentânea e circunstancial de um quadro de significação para possibilitar a sua completa leitura, estando a própria notícia a participar dessa construção. Essa hipótese secundarizaria o fato de que o repertório cultural de uma sociedade é gradativa e solidamente construído em uma multiplicidade de anteriores processos e construções sociais, o qual fornece chaves interpretativas e princípios para a ação social.

A construção da notícia se processa a partir de noções comuns já incorporadas e partilhadas entre repórteres, fontes de informação e público. O trabalho do jornalista será entrar em interação com outros atores para, num processo coletivo, colher, questionar e reelaborar informações e impressões com uma rede de atores sociais para construir um relato jornalístico. O produto noticioso terá sempre essa convergência entre princípios e valores internalizados pelo jornalista e princípios presentes no ambiente social em que esta produção é construída.

A produção noticiosa é a afirmação de um poder individual do jornalista de construir relatos, mas, ao mesmo tempo, de sua dependência à participação e contribuição de outras pessoas e também de sua vinculação aos constrangimentos estruturalmente impostos pela empresa jornalística e por instituições de outros campos sociais. Esta situação revela uma nova dimensão do caráter coletivo do jornalismo, atualmente já constituído por uma lógica da produção coletiva industrial. A dependência do repórter a atores externos ao espaço da produção jornalística pode ser exemplificado na situação rotineira em que o repórter necessita de um relato de terceiros para descrever um evento ocorrido e não presenciado. Nestes casos, as notícias podem ser consideradas como “amostras de retratos da realidade feitas pelas fontes, mediadas pelas organizações noticiosas” (Sigal, 1986: 27-28). Ao ouvir versões diversas e publicá-las, o jornalista constrói uma situação de equilíbrio por oposições, “uma trama de fatos que mutuamente se validam a si mesmos” (Tuchman, 1983: 108), mas que não possuem um encaixe exato com uma realidade empírica.

Uma compreensão prática do jornalismo como atividade de construção negociada de um acontecimento está no uso, por alguns profissionais, da metáfora de um “jogo de quebra-cabeças” para explicar o seu trabalho. “A partir do momento em que você vai aprimorando seus conhecimentos, passa a ter um arcabouço de conceitos mais consolidados, e a fonte passa a servir para preencher peças de um quebra-cabeça. As informações que ela passa dão subsídios para você entender o contexto de uma maneira mais ampla” (Nassif, 1998: 76). Alberto Dines identifica no jornalismo este processo de construção

compartilhada: “A verdade (no jornalismo) não existe, o que existe é a sua busca. E essa busca se faz perguntando, fazendo o diálogo. A partir desse conceito, você estabelece metas, métodos, mas tem que considerar que, sem o outro, você não vai fazer nada. Sem o outro é a sua opinião, é a sua porção de verdade; mas a busca da verdade é feita de várias porções” (Dines, 1998: 50).

É preciso esclarecer que a compreensão do jornalismo como construção de um recorte da realidade não pode perder de referência que existem diferentes formas de participação dos atores e de composição dos fragmentos que formarão a notícia. É um processo que implica necessariamente uma condição interacional dos atores: trocas, negociações, acordos, disputas e imposições. Pode-se dizer que os atores de outros campos sociais que ingressam no espaço de produção jornalística buscam exercer o capital de legitimidade social que a prática jornalística historicamente conquistou junto à sociedade como uma construção que visa a fornecer o relato mais objetivo possível dos acontecimentos. É a busca de uma legitimidade baseada no que Traquina denomina de “acordo de cavalheiros” entre jornalistas e leitores (1993, 168), uma crença social de que os jornalistas não irão transgredir a fronteira que separa o real da ficção, tornando, assim, possível a leitura das notícias enquanto índice do real.

#### **4.3) A construção da notícia política em um espaço de forças em disputa**

Uma análise teórica da notícia política implica inicialmente em perceber duas dimensões inerentes ao processo de sua produção: em primeiro lugar, a notícia é uma construção porque implica num processo de participação coletiva de atores, há uma composição dos fragmentos da realidade coletados por diferentes instrumentos (entrevista, observação, pesquisa etc) e há um partilhamento de significados comuns que possibilitem a compreensão do conteúdo noticioso e a própria identificação deste conteúdo como dotado de importância jornalística.

Em segundo lugar, a notícia é uma luta simbólica porque os processos interacionais que se estabelecem entre os diferentes atores envolvidos na produção da notícia (jornalistas, chefias, empresários, demais atores sociais) baseiam-se também em disputas, negociações e imposições a respeito dos enquadramentos que serão utilizados nesta construção noticiosa. De um lado estão os jornalistas (e os demais atores do espaço de produção jornalística) que, por deterem os recursos técnicos de produção da notícia, controlam “as probabilidades de acesso ao local da palavra”, exercendo uma “forma de dominação (conjuntural, não estrutural) sobre um espaço de jogo que (o jornalista) construiu, e no qual ele se acha colocado em situação de árbitro, impondo normas de ‘objetividade’ e de ‘neutralidade’”(Bourdieu, 1989: 55). De outro lado estão os demais atores, que não só necessitam transitar nesse espaço midiático, mas são também fornecedores de conteúdos informativos e de autoridade que dê credibilidade a esses conteúdos.

Para que o público aceite as suas participações neste espaço de produção jornalística, todos necessitam exercer (manter ou conquistar) esse volume de capital de legitimidade social que possui a prática jornalística.

Isso deflagra uma situação de luta, por exemplo, pelo enquadramento que será adotado a respeito de um conteúdo informativo. Se o repórter não tiver habilidade para diversificar e equilibrar recursos, pode ter seu trabalho conduzido (mesmo que não conscientemente) pela atribuição de sentido que sua fonte de informação faz a uma determinada ocorrência. Conforme cita Luís Nassif, “um setorista, que tenha uma visão específica da economia, pode passar a entender o Brasil a partir dos olhos restritos daquela fonte. (...) Em geral, os problemas de distorção ocorrem porque as pessoas ficam com uma visão restrita da fonte. E a fonte sempre vai produzir uma análise que é adequada ao seu setor. É natural. Não é uma questão de *lobby* ou de *sacanagem*” (1998, 77).

Na luta simbólica para definir acesso, conteúdos, enquadramentos e outros elementos que compõem a produção noticiosa, deve-se ressaltar que a idéia de luta não significa que o jornalismo se realiza necessariamente em uma disputa equilibrada entre atores com igual poder e interesse em participar de uma negociação para se chegar ao resultado final (a notícia). No espaço de interação que é o jornalismo, há atores que se utilizam de um poder simbólico conquistado em lutas anteriores para impor normas, procedimentos, conteúdos, fontes de informação e formas de abordagem dos acontecimentos jornalísticos, ou seja, impor as regras do jogo de construção da notícia (seja por estes atores políticos terem um acesso privilegiado à direção das empresas jornalísticas ou serem mesmo os proprietários destas empresas). Há, nesse caso, uma redução do espaço de negociação e do acordo, crescendo a margem de reprodução de disposições, normas e conteúdos.

Entretanto, não é perfeitamente visível o momento em que a luta enquanto uma disputa pontual e ativa se transforma em imposição e reprodução de procedimentos sem margem de negociação. Mesmo assim, pode-se supor que os dois modos de lutas se encontram cotidianamente no espaço social em que se realiza a construção da notícia jornalística, embora as disputas ou imposições variem de características, intensidade e conteúdos conforme situações conjunturais.

#### **4.4) A construção da notícia política em um processo de negociação**

O trabalho de construção da notícia, por ter um caráter coletivo e partilhado, implica fundamentalmente no processo de negociação entre princípios, interesses, expectativas, avaliações e recursos. Wolf avalia ser a noticiabilidade de um acontecimento “resultado de um processo de negociação em que muitos fatores ligados entre si encontram um ponto de ‘acordo’, de equilíbrio, que pode variar em

conformidade com outros valores” (1994: 203). “O aspecto negocial consiste no fato de a avaliação de noticiabilidade ser sempre o resultado de uma mistura, articulada sempre de modo diferente, em que os fatores em jogo têm sempre um ‘peso específico’ desigual. O ‘faro’ jornalístico seria, neste caso, não uma capacidade ‘misteriosa’ para captar notícias, mas uma capacidade *standard* (adquirida a partir de parâmetros delimitáveis: os valores/notícia) para agrupar ‘instantaneamente’, num ponto de equilíbrio, fatores bastante diversos” (Wolf, 1994: 224).

Wolf salienta que o termo negociação deve ser usado com certa restrição na análise da produção da notícia, na medida em que a atividade jornalística tem códigos de conduta que não admitem todos os significados usuais do termo, como uma barganha explícita envolvendo ganhos materiais, uma contabilidade precisa das vantagens dos acordos, nem mesmo admitindo uma situação formal de apresentação de propostas e contrapropostas.

Seu uso, no entanto, se justifica para acentuar alguns aspectos do processo de construção da notícia: a existência simultânea de elementos divergentes e convergentes que devem ser fundidos (como interesses e avaliações distintas sobre a divulgação de um evento) e a instabilidade das avaliações sobre ganhos, transigências e perdas (é uma avaliação eminentemente conjuntural, ligada ao quadro de opções à disposição no momento ou mesmo a capacidades subjetivas de persuasão e convencimento).

É importante, portanto, ressaltar que o caráter negociado da construção jornalística funda-se em um processo de disputa por princípios, interesses, expectativas, avaliações e recursos não plenamente coincidentes, em que o trabalho do jornalista consiste em buscar ajustamentos entre as suas disposições internalizadas e as das fontes de informação ou de outros interlocutores. É uma busca por uma situação de equilíbrio entre forças e expectativas de grupos de atores sociais localizados em posições diferenciadas no espaço social: por um lado os jornalistas e, por outro, os atores sociais que lhes fornecem informações e se situam externamente à organização jornalística.

Um dos momentos mais reveladores do caráter negociado da construção jornalística é a entrevista jornalística, um trabalho compartilhado entre jornalista e uma fonte de informação na elaboração de um relato noticioso mais preciso e completo da realidade. A entrevista é a forma mais usual de coleta de informações, ao estabelecer um contato pessoal entre o jornalista e demais atores sociais envolvidos no acontecimento jornalístico ou que possam contribuir com dados ou avaliações complementares. Fato que pode ser exemplificado através do procedimento corriqueiro do jornalista de construir o relato sobre uma determinada reunião sem assistir a ela, mas telefonando para uma fonte, que lhe passará dados sobre discussões e decisões.

#### 4.5) O papel das fontes de informação na construção da notícia

O principal nível de interação no processo de construção da notícia ocorre entre o jornalista e os atores que servirão como fontes para fornecer as informações noticiosas, seja na forma de apresentação de registros materiais, de descrições de eventos não observados pelos jornalistas ou no oferecimento de avaliações ou opiniões diversas sobre ocorrências.

Estudos sobre *newsmaking* têm dado destaque aos papéis que as fontes de informação desempenham na produção noticiosa, investigando como os constrangimentos da estrutura social e de poder existente e as exigências dos procedimentos produtivos afetam a definição das fontes que o jornalista busca ou ignora no seu trabalho. Autores como Leon Sigal chegam a afirmar que a “notícia é, acima de tudo, não o que os jornalistas pensam, mas o que suas fontes dizem, e é mediada pelas organizações noticiosas, rotinas jornalísticas e convenções” (1986: 29). Embora se deva evitar uma leitura determinista do ator social como uma fonte de informação simplesmente impondo conteúdos e enquadramentos ao jornalista, não se pode negar que o acesso a um grupo seletivo e diversificado de fontes noticiosas é essencial para a atividade jornalística. Ao mesmo tempo, é também um instrumento de prestígio entre os jornalistas, servindo para demonstrar a sua competência em cultivar laços de confiabilidade com atores socialmente importantes, o que redundará em notícias mais completas e fundamentadas. Tuchman chega a avaliar que “quanto mais alto seja o *status* das fontes e quanto maior o alcance de suas posições, tanto mais alto é o *status* dos repórteres” (1983: 81).

Wolf (1994: 201) ressalta, em sua análise sobre as fontes de informação no jornalismo, o papel preponderante do aspecto da “eficiência” na definição de fontes pelos jornalistas. Este conceito, nos estudos sobre *newsmaking*, é balizado por uma idéia de produtividade, em que o jornalista recorre a determinadas fontes porque estas já possuem um capital de credibilidade e de autoridade, normalmente manifesta em entrevistas anteriores. Mesmo Wolf admite que esta forma de analisar a relação fonte-repórter pode gerar uma leitura mecânica e rígida. “Na realidade, isso não acontece e as interações são bastante complexas e mediadas” (1994: 202).

No jornalismo político, a construção da notícia é uma atividade complexa na qual estão presentes múltiplas expectativas e regras específicas do jogo político. A produção do noticiário no âmbito do poder político não pode ser colocada apenas como uma atividade isolada do jornalista porque a base de sua construção está nas fontes de informação localizadas em posições estratégicas do poder, seja na área administrativa e jurídica (referente aos atos do governo), seja na área política (referente às ações e projetos político-partidários). O potencial de possuir e/ou divulgar informações sobre os mecanismos decisórios do poder é um dos recursos classificatórios utilizados tanto por jornalistas quanto por políticos para

estabelecer hierarquias de poder, seja no âmbito político ou jornalístico. “A informação é uma das formas de ostentar posição privilegiada. Presume-se que quanto mais poder alguém desfruta, mais informações têm” (Dimenstein, 1994: 99).

Este conjunto de atores envolvidos em uma ação política torna frágil a manutenção do sigilo dos procedimentos. No caso dos atos governamentais, a gestação de medidas implica em consultas a vários setores dentro de uma secretaria ou ministério, recebendo críticas ou sugestões. Em certo ponto desta cadeia, pode haver algum funcionário ou assessor que possua contato com algum jornalista ou tenha um interesse particular em ver a divulgação prematura desta medida - para obter ganhos pessoais ou para abortá-la - e, numa aproximação motivada pelo funcionário ou pelo jornalista, passar à imprensa o projeto preliminar ou mesmo um rascunho parcial do processo. Esta forma de construção da notícia se realiza por meio de um recurso que os jornalistas denominam de “vazamento de informações” (Dimenstein, 1994: 93).

Por ser um âmbito do que se convencionou chamar de “jornalismo especializado” (a produção noticiosa restrita a um campo ou temática social, que possui maior complexidade nos seus procedimentos, conteúdos e linguagens), os jornalistas políticos estabelecem relações freqüentes e estreitas com fontes de informação, em que estas, mais do que fornecedoras, trocam informações, avaliações e orientações com o jornalista. Isto pode gerar situações próximas à dependência e levar o repórter até mesmo a preservar a fonte contra notícias negativas ou alertá-la previamente. Wolf classifica essa situação de “relação quase simbiótica de obrigações recíprocas entre fonte e jornalista especializado” (1994: 203).

Um dos procedimentos que demonstra com mais clareza o caráter de cumplicidade entre fonte de informação e jornalista na construção da notícia está no acordo que ambos mantêm para a divulgação ou a omissão da autoria de uma determinada informação. Esta cumplicidade alcança maior grau no caso em que o autor passa uma informação ao jornalista com o compromisso de que ela não será citada como referência (denominado, na cultura jornalística, de *off*). Desta forma, a fonte se precavê contra eventuais pressões ou conseqüências da divulgação da informação. Este procedimento implica um acordo preciso entre jornalista e fonte, em que ambos compartilham e negociam condições para noticiar um evento. Há casos em que a fonte estabelece um acordo com o jornalista para partilhar um segredo tendo como condição que o assunto não será divulgado. Mesmo nesse caso o acordo é útil ao jornalista, para auxiliá-lo a entender a evolução de processos de médio prazo, evitando erros de enquadramento.

A negociação pode envolver a reação posterior que essa fonte terá: se um político pretende candidatar-se a governador, mas prefere por enquanto não anunciar a decisão, ele poderá acertar com um jornalista a construção de uma matéria apresentando esta possibilidade sem atribuir ao político a origem da informação e prever que, se perguntado posteriormente, irá fazer uma negativa evasiva, o que deixará em

aberto a hipótese de candidatura. Dimenstein cita ser hábito ouvir de políticos a seguinte advertência em acordos sobre o *off*: “Se você publicar dizendo que fui eu quem falou, desminto” (1994: 141). Quando este acordo é mal conduzido (a fonte transmitiu intencionalmente uma notícia falsa ou o procedimento posterior foi diferente do inicialmente acertado), o jornalista poderá romper o sigilo acertado e apontar a autoria da informação.

Jornalistas especializados em cobertura da área política descrevem o poder político como uma “usina de truques”, cheia de “armadilhas” (Dimenstein, 1994: 14), em que faz parte das regras desta luta simbólica inclusive passar à imprensa informações falsas como forma de o político ganhar prestígio ou atingir seu adversário. É o que os jornalistas denominam de “plantação” de notícias (informações predominantemente falsas ou distorcidas passadas por fontes com o objetivo de atender a seus interesses particulares e a produzir determinado efeito político) ou ‘balões de ensaio’ (divulgação de um evento ainda não realizado ou decidido para avaliar as possíveis reações a ele ou mesmo de estimular que este evento aconteça a partir de eventuais reações favoráveis a ele).

Estes ‘balões de ensaio’ ocorrem com mais frequência nos processos de escolha e substituição de assessores diretos de presidentes, governadores ou prefeitos, em que a imprensa alimenta especulações em torno de nomes prováveis. Um pretendente ao cargo que conhece esta regra pode tentar inserir uma nota em uma coluna política para tornar-se publicamente cotado ao cargo, conseguir adeptos e, talvez, entrar efetivamente nas sondagens dos governantes. Exemplo disto é citado por Dimenstein (1994: 83-84), referindo-se à eleição de Fernando Collor à Presidência da República em 1989: “A assessoria do presidente Fernando Collor fez vazar, logo depois de sua vitória nas urnas, o balão de ensaio chamado José Serra. Ele tinha interesse, de fato, em colocar Serra, parlamentar do PSDB, em seu governo - e deixou o nome flutuando. Houve resultados: importantes empresários paulistas aderiram à idéia, patrocinando a indicação. Mas uma ala do PSDB, notadamente o senador Mário Covas, disse que não, ameaçou até mesmo sair do partido (...) Acabou, como todos sabem, dando Zélia Cardoso de Melo.”

A notícia é uma construção social dos diversos atores envolvidos também em relação aos efeitos produzidos na sua divulgação. Quando o jornalista seleciona uma determinada declaração e a coloca como título da matéria de abertura da página da Editoria Política, ocorre um investimento de credibilidade na declaração tanto do político que a enunciou quanto da equipe do jornal que a considerou importante (consistente, polêmica etc). “O jornal, quando publica uma declaração, mesmo se assumida pelo seu autor, acaba servindo como avalista, caso não a apresente criticamente” (Dimenstein, 1994: 143). Há, portanto, uma cumplicidade na construção da importância e na avaliação dos efeitos da divulgação de um evento, mesmo que os interesses não sejam exatamente iguais. Se a declaração for, posteriormente, comprovada



falsa, esse questionamento não afeta somente o seu autor, mas também o jornal que investiu em sua divulgação.

## **5) Conclusões**

As questões levantadas no decorrer deste trabalho pretenderam fornecer novos elementos para entender a produção jornalística como um espaço de disputa de forças complexo e dinâmico. Ao ressaltar a diversidade de fatores componentes do processo de construção da notícia política e suas formas de articulação, buscou-se afirmar que o espaço de produção do jornalismo político é marcado por disputas em vários níveis, em que estão presentes forças diversas atuando em situação de competição, interação ou complementaridade conforme conjunturas particulares.

Isto exige do jornalista uma qualificação profissional que vai além da mera coleta, seleção, redação e edição da notícia conforme critérios de noticiabilidade rígidos, pré-definidos e rotinizados, mas implica em perceber que o jornalista deve exercer também uma capacidade de administrar, mediar, negociar e solucionar situações de conflitos e pressões, sejam elas oriundas de jogos de interesse, imposições políticas externas ou internas à empresa jornalística e às próprias restrições decorrentes da rotinização da produção jornalística.

Como a produção de notícias em geral já envolve um trabalho de mediação entre situações de conflito, a construção das notícias sobre eventos políticos acentua esse aspecto conflitivo. Os jornalistas das editorias de política operam com critérios sensíveis e precisos de avaliação dos seus procedimentos e de suas decisões frente ao campo de forças da política, na medida em que o próprio processo de construção das ações políticas é envolto em negociações e sutilezas que dificilmente são expressas com clareza de propósitos e estratégias.

Esta necessidade de que o jornalista mergulhe no campo da política para conseguir compreender seus princípios e procedimentos e capturá-los na forma de uma construção discursiva torna-se uma situação propícia a se estabelecerem interações entre esses atores. Trocas diversas podem ocorrer: desde valores e concepções sobre a política, passando pela disputa e negociações em torno da matéria-prima ‘informação’ e chegando, em algumas situações, até na obtenção de ganhos variados com o tráfico de influência.

Ao se envolver tão profundamente com os atores e as instituições políticas, o jornalista se expõe e se torna mais vulnerável à diversidade de regras do jogo político. Isto porque, particularmente nesta situação de interação entre jornalismo e política, possuir uma informação significa, tanto para o jornalista

quanto para o ator político, acumular um poder - um poder relacional que está em constante jogo, luta e negociação, em uma situação de equilíbrio instável sujeito a atualizações constantes.

## 6) Bibliografia

- BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CAREY, James. The Dark Continent of American Journalism. In: MANOFF, R.K. and SCHUDSON, Michael (eds.). *Reading The News*. New York: Pantheon Books, 1986, p. 146-196.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *As armadilhas do Poder - Bastidores da Imprensa*. São Paulo: Summus editorial, 1994.
- DINES, Alberto. Alberto Dines. In: CRIPA, Marcos (org.) *Entrevista e ética: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1998, p. 43-54.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O Segredo da Pirâmide*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.
- HALL, Stuart et alii. A produção social das notícias: O *mugging* nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 1993, p. 224-248.
- HALLIN, D., MANCINI, P.. Falando do Presidente: a estrutura política e a forma representacional nas notícias televisivas dos Estados Unidos e da Itália. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 1993, p. 306-325.
- HALLIN, Daniel. Dos institucionales, un camino: a televisão e o Estado na eleição de 1994 no México. *Revista Comunicação & Política*. Rio de Janeiro: vol III, n. 2, nova série, mai-ago 1996, p. 72-93.
- MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo como forma de conhecimento. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, vol XXI, n. 1, p. 25-38, jan./jun/ 1998.
- NASSIF, Luis. Luís Nassif. In: CRIPA, Marcos (org.) *Entrevista e ética: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1998, p. 75-87.
- PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles (org.). *Meios de Comunicação de massa*. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 168-185.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O Acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 1993, p. 27-33.
- SCHUDSON, Michael. *Discovering the News*. New York: Basic Books, 1978.
- SCHUDSON, Michael. The Sociology of News Production Revisited. In: CURRAN, J. and GUREVITCH, M (eds.). *Mass Media and Society*. 3. ed. New York: Edward Arnold, 1997, p. 141-159.

- SIGAL, Leon. Sources Make the News. In: MANOFF, R.K. and SCHUDSON, Michael (eds.). *Reading The News*. New York: Pantheon Books, 1986, p. 9-37.
- TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: \_\_\_\_\_ (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*. Lisboa: Vega, 1993, p. 167-176.
- TUCHMAN, Gaye. *La producción de la noticia - Estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983.
- WAISBORD, Silvio. *When watchdogs bark: press and political accountability in South American democracies*. Trabalho apresentado na reunião anual da American Political Association, Chicago, 31 ago-3 set. 1995. 38f. mimeog.
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1994.